

VISITAÇÃO COM FINS EDUCACIONAIS NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: POTENCIAL TRANSFORMADOR DA TRILHA DO SALTÃO, CAPANEMA (PR)

Ana Letícia Rodrigues Marques¹

Patrick Luiz Bola Gonsales²

Maria Janete Mazurek³

Carlos Vinicius Rodrigues⁴

Resumo: O presente trabalho apresenta a experiência de visitação educacional na Trilha do Saltão, no Parque Nacional do Iguaçu (PNI), realizada pela Base Avançada 2 do ICMBio com escolas de Capanema-PR. Em 2025, participaram 246 estudantes, com previsão de 500 até o fim do ano. As atividades integraram percurso interpretativo, vivências práticas e reflexão coletiva, promovendo engajamento, sentimento de pertencimento e mudanças comportamentais ligadas à conservação. A iniciativa mostrou potencial para consolidar-se como estratégia de Educação Ambiental no Polo Ilhas, desde que apoiada por monitoramento contínuo, formação de condutores e integração interinstitucional.

Palavras-chave: Unidade de Conservação; Trilha Interpretativa; Gestão Participativa; Uso Público.

Abstract: This study presents the experience of educational visitation along the Saltão Trail in Iguaçu National Park (PNI), conducted by ICMBio's Advanced Base 2 in partnership with schools from Capanema, Paraná. In 2025, 246 students participated, with an expected total of 500 by the end of the year. The activities combined interpretive walks, practical experiences, and collective reflection, fostering engagement, a sense of belonging, and behavioral changes related to conservation. The initiative demonstrated potential to be consolidated as an Environmental Education strategy in the Ilhas Pole, provided it is supported by continuous monitoring, guide training, and interinstitutional integration.

Keywords: Protected Area; Interpretive Trail; Participatory Management; Public Use.

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul: E-mail: marquesrana@gmail.com,

² Universidade Federal da Fronteira Sul: E-mail: patrickluizbgonsales@gmail.com,

³ Universidade Federal da Fronteira Sul: E-mail: maria.mazurek@icmbio.gov.br,

⁴ Universidade Federal da Fronteira Sul: E-mail: carlos.vinicius@icmbio.gov.br.

Introdução

As Unidades de Conservação (UCs) representam instrumentos fundamentais para a conservação da biodiversidade no Brasil, especialmente no contexto da Mata Atlântica, um dos biomas mais ameaçados do planeta (Tabarelli et al., 2010). Para além da conservação ecológica, as UCs são também espaços de aprendizagem, diálogo e construção de cidadania ambiental. A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000) reconhecem a importância da Educação Ambiental no fortalecimento da gestão participativa e no estímulo ao envolvimento comunitário. Nesse sentido, práticas educativas em áreas protegidas devem ultrapassar a dimensão informativa, promovendo reflexões críticas sobre as relações entre sociedade e natureza (Heimlich, 2010; Jacobi, 2003; Santos; Braz, 2025; Sorrentino et al., 2005)

A Educação Ambiental (EA), enquanto política pública e prática pedagógica, constitui-se em um processo permanente que busca formar cidadãos críticos, conscientes e corresponsáveis pela conservação da natureza e pelo uso sustentável dos recursos naturais (Brasil, 1999; Jacobi, 2003; Santos; Braz, 2025). Em unidades de conservação, a EA assume papel estratégico, pois articula conservação da biodiversidade com sensibilização social, permitindo que a experiência direta com a natureza potencialize aprendizagens cognitivas, atitudinais e comportamentais (Jacobi, 2003; Sorrentino et al., 2005)

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI), Patrimônio Natural da Humanidade (UNESCO, 1986), é referência mundial na proteção da Mata Atlântica e em iniciativas de uso público e educação ambiental (ICMBio, 2018). Embora conhecido principalmente pela região das Cataratas do Iguaçu, o parque abrange diversos outros municípios limítrofes sendo, portanto, subdividido em diferentes polos de gestão e visitação.

Nesse contexto, o Polo Ilhas do Iguaçu localiza-se em área estratégica, marcado por ambientes ripários associados ao rio Iguaçu, formações de floresta ombrófila mista e trilhas de interpretação ambiental, como a Trilha do Saltão. A paisagem singular, aliada à presença de espécies endêmicas e ameaçadas, confere ao setor elevado valor ecológico e cultural, tornando-o espaço propício para práticas educativas com a comunidade limítrofe, integrando conservação ambiental, história local e valorização cultural.

A construção de narrativas territoriais e o fortalecimento do pertencimento são dimensões centrais da Educação Ambiental em contextos de UCs (Costa et al., 2019). No caso do PNI, marcado por comunidades ribeirinhas e memórias de ocupação humana, integrar saberes locais ao conhecimento científico amplia a legitimidade das ações educativas.

Além da fundamentação pedagógica, a prática da EA em UCs está submetida a instrumentos normativos que orientam o uso público. O Plano de

Manejo do PNI, revisado e atualizado, define zonas de uso e diretrizes específicas. A Trilha do Saltão está inserida em área de uso público controlado, permitindo atividades de interpretação ambiental e educação desde que observadas as medidas de proteção da fauna e da flora (ICMBio, 2018).

Este artigo tem como objetivo analisar a experiência de visitação educacional desenvolvida pela Base Avançada 2 do ICMBio, junto a escolas do município de Capanema e região, relatando a metodologia empregada, discutindo os resultados obtidos a partir de registros e ofícios de monitoramento e refletindo sobre os desafios e perspectivas para a consolidação da atividade como programa estruturado de EA no Polo Ilhas.

Metodologia

As atividades de visitação educativa são orientadas por instrumentos normativos que regulam o uso público em unidades de conservação. O Plano de Manejo do PNI, atualizado em 2018, delimita zonas de uso público controlado, entre as quais se encontra a Trilha do Saltão. Já o Plano de Uso Público do PNI detalha os objetivos da visitação em cada setor, priorizando modalidades educativas e interpretativas em roteiros de curta e média duração. A Instrução Normativa nº 12/2020 do ICMBio estabelece a categoria de visitação educacional, sob a qual se enquadra o projeto, demandando planejamento pedagógico estruturado, capacitação de condutores e avaliação dos efeitos de aprendizagem.

A atividade segue um roteiro metodológico dividido em quatro etapas: (1) recepção e contextualização, com introdução sobre o PNI, objetivos de conservação e importância; (2) percurso interpretativo na Trilha do Saltão, com paradas estratégicas para observação da fauna, flora, geodiversidade e elementos culturais; (3) vivência prática, com dinâmicas lúdicas, atividades de percepção sensorial e ações simbólicas de cuidado ambiental; e (4) encerramento, promovendo síntese dos conteúdos e reflexão coletiva.

Após cada visita, é aplicado um instrumento de monitoramento, por meio de relatórios e ofícios enviados pelas escolas. Esse monitoramento coleta informações sobre: identificação da escola, dados da visita (data, número de alunos e professores, faixa etária), percepções pedagógicas, impacto nos estudantes, sugestões de melhoria e interesse em continuidade.

Relato de Experiência

As atividades desenvolvidas pela Base Avançada 2 - Capanema do ICMBio, em parceria com escolas do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, têm se mostrado uma estratégia relevante de aproximação entre a unidade de conservação e a comunidade local. Os resultados observados incluem maior engajamento de estudantes em práticas de conservação, fortalecimento do sentimento de pertencimento e compreensão mais clara sobre os serviços

ecossistêmicos fornecidos pela floresta. No ano de 2025, até o momento, foram recebidos 246 estudantes de escolas públicas de Capanema e entorno, distribuídos em oito escolas participantes. Com as visitas já agendadas até o fim do ano, estima-se que esse número dobre, alcançando cerca de 500 alunos beneficiados.

Na Figura 1, é possível ver os registros fotográficos de (a) alunos desembarcando do barco, após passeio aquático interpretativo pelo rio Iguaçu, diretamente na entrada da trilha; (b) observação direta e mediação educativa sobre o palmito-juçara (*Euterpe edulis*), espécie-chave da Mata Atlântica e alvo histórico de extração ilegal na região; (c) roda de conversa promovendo síntese dos conteúdos e reflexão coletiva sobre conservação e pertencimento; e (d) grupo de estudantes caminhando pela trilha, em atividade de imersão na floresta, com ênfase em percepção ambiental e contato direto com a biodiversidade.



Figura 1: Registros fotográfico das etapas da visitação educacional realizada na Trilha do Salto do Parque Nacional do Iguaçu, no Município de Capanema – Paraná.

Fonte: Autor (2025).

Durante as atividades conduzidas na trilha, os Agentes Ambientais responsáveis pela condução dos alunos relataram que muitos estudantes, ao serem provocados com perguntas durante a mediação, não tinham clareza de que estavam dentro do Parque Nacional do Iguaçu, tampouco compreendiam os objetivos de uma unidade de conservação. Para grande parte dos alunos, o parque era percebido apenas como um espaço de acesso restrito, associado a regras de proibição e fiscalização, sem reconhecimento de sua função ecológica, educativa e cultural.

Esse cenário dialoga com os achados do estudo realizado na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, no entorno do Parque Estadual da Serra Azul, em Barra do Garças-MT, onde 93% dos alunos desconheciam o conceito de Unidade de Conservação, revelando a distância entre os espaços protegidos e a realidade escolar (Santos; Braz, 2025). Assim como naquele contexto, a percepção negativa vinculada à ideia de “proibição” no PNI reflete não apenas lacunas no processo educativo formal, mas também a ausência de um diálogo contínuo entre a UC e as comunidades lindeiras. Esse quadro reforça a necessidade de investir em ações educativas sistemáticas, em parcerias escola-UC, e em formação docente que permita superar visões limitadas, promovendo uma apropriação crítica e positiva dos valores de conservação (Santos; Braz, 2025).

Já os relatos de monitoramento pós-visitação coletados junto às escolas que participaram das atividades revelam, em termos gerais: (a) integração direta das visitas aos conteúdos curriculares, (b) manifestações de sensibilização e mudanças comportamentais observáveis, (c) interesse explícito em dar continuidade às ações e (d) demandas operacionais e de segurança. Esses elementos já configuram um efeito educativo mensurável em curto prazo e apontam para potencial de consolidação em médio e longo prazos quando apoiados por processos avaliativos e por estruturação institucional.

Do ponto de vista pedagógico, tem sido demonstrada a integração entre as visitas e eixos curriculares. Na escola A, por exemplo, a visita foi integrada à programação da Semana do Meio Ambiente. Os alunos do 4º e 5º ano relataram aprendizado sobre a fauna e flora locais, associado à vivência lúdica do passeio aquático e terrestre. Esse caso evidencia o potencial da atividade em articular o calendário escolar com a agenda de EA do PNI, reforçando a transversalidade dos conteúdos ambientais.

Essa articulação é consistente com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que recomenda a transversalidade e a articulação entre conhecimentos escolares e práticas socioambientais. Em âmbito de Unidades de Conservação, esses procedimentos cumprem também determinações do SNUC (Lei nº 9.985/2000) e das orientações do Plano de Manejo do PNI, que definem zonas e diretrizes para uso público e interpretativo, recomendando que visitas educacionais tenham objetivos pedagógicos claros e articulação com atores locais (D’Amico et al., 2018).

A constatação de efeitos comportamentais imediatos (p.ex. relatos da Escola B sobre separação do lixo; da Escola D sobre aumento da participação em reciclagem e redução do uso de plásticos) está alinhada com achados que associam programas de EA em áreas protegidas a resultados concretos de conservação e qualidade ambiental, quando estes são bem planejados e integrados ao contexto escolar e comunitário (Ardoín et al., 2020; Jacobi, 2003; Sobreira; Rosseto, 2025). Os relatórios escolares também indicam que experiências sensoriais e práticas (passeio aquático, caminhada na trilha e observação direta) favorecem a retenção de conhecimento e engajamento emocional com valores de conservação (Padua, 1994; von Lachmann et al., 2021)

É fundamental reconhecer a dimensão social e cultural da atividade, especialmente no contexto das comunidades lindeiras ao Parque Nacional do Iguaçu (Santos; Braz, 2025). Estudos como o de Diegues (2001) destacam que atividades ilegais como caça e pesca dentro dos limites de UCs frequentemente possuem raízes culturais e valores de identidade e sobrevivência. Nesse sentido, a EA não apenas transmite conhecimento, mas atua na construção de novos referenciais culturais pautados na valorização do patrimônio natural e na corresponsabilidade pela conservação, bem como instrumento estratégico de transformação social, alinhando-se ao princípio da gestão participativa previsto tanto no SNUC quanto na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) (Costa et al., 2019).

De modo semelhante, pesquisas realizadas em países latino-americanos mostram que ações educativas contínuas em áreas protegidas fortalecem a resiliência socioambiental e a valorização da biodiversidade local (Heimlich, 2010; Sobreira; Rosseto, 2025). No Parque Nacional da Serra da Capivara, projetos de EA integrados às comunidades vizinhas foram determinantes para a redução do vandalismo em sítios arqueológicos (Beatriz et al., 2017). Adicionalmente, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Serra do Mar, evidenciaram que programas de educação ambiental resultam em aumento da consciência crítica sobre conservação, além de fomentar práticas sustentáveis em comunidades vizinhas (Sansolo, 2020). Assim, as ações educativas contribuem não apenas para reduzir conflitos socioambientais, mas também para consolidar um sentimento de pertencimento e de identidade positiva em relação à unidade de conservação (Rodrigues; Obara, 2023).

No entanto, foram também identificados desafios e limitações. A infraestrutura de apoio ainda é incipiente, exigindo melhorias em sinalização, logística de condução e acessibilidade. Para os próximos anos, espera-se consolidar a Trilha do Saltão como espaço permanente de Educação Ambiental, em acordo com protocolos operacionais alinhados à IN 12/2020 e ao Roteiro Metodológico do ICMBio para atividades educacionais. Assim, o projeto poderá se consolidar como referência em uso público educativo no contexto do PNI (Cararo et al., 2022).

Além disso, ao confrontar os relatos escolares com a literatura sobre avaliação em EA, observa-se a necessidade de implementar indicadores padronizados e designs avaliativos que incluam medidas antes, imediatamente após e em follow-up (3–12 meses) para verificar a consolidação das mudanças. Sem esse aparato, o relato de “mudança” permanece sugestivo, mas difícil de generalizar ou atribuir causalidade com rigor científico (Ardoín et al., 2020; Crohn & Birnbaum, 2010).

Conclusões

A experiência de visitação com finalidade educacional na Trilha do Saltão, conduzida pela Base Avançada 2 do ICMBio, mostrou-se eficaz para aproximar o Parque Nacional do Iguaçu das comunidades lindeiras, promovendo aprendizagens significativas e mudanças comportamentais relacionadas à conservação ambiental. Os resultados evidenciam o potencial da iniciativa em fortalecer o sentimento de pertencimento, valorizar a biodiversidade e integrar práticas escolares ao contexto da Unidade de Conservação. Recomenda-se sua continuidade e ampliação, com monitoramento sistemático, como estratégia consolidada de Educação Ambiental no Polo Ilhas. Recomenda-se sua continuidade e ampliação, com monitoramento sistemático e indicadores avaliativos de médio e longo prazo, como estratégia consolidada de Educação Ambiental no Polo Ilhas. Além disso, a experiência reforça a importância de investir em infraestrutura de apoio, formação de condutores ambientais e integração interinstitucional, garantindo sustentabilidade e perenidade do programa.

Agradecimentos

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Referências

- ARDOIN, N. M.; BOWERS, A. W.; GAILLARD, E. Environmental education outcomes for conservation: A systematic review. **Biological Conservation**, v. 241, n. August 2019, p. 108224, 2020. DOI: 10.1016/j.biocon.2019.108224.
- BEATRIZ, M.; HENRIQUE, P.; MATOS, S.; MARIA, N.; COSTA, K.; FONTENELE, B. O Parque Nacional da Serra da Capivara como Ambiente Não Formal de Educação Científica: Uma Proposta Emergente de Educação Patrimonial Ambiental The Serra da Capivara National Park as a Non-Formal Environment of Scientific Education: An Emergent Proposa. **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 1–8, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

CARARO, E. R.; CHIMELLO, V. F.; PIOVEZANA, L.; LIMA-REZENDE, C. A.; SANTOS, J. A.; REZENDE, R. de S. Environmental education in Brazil: trends and gaps from 2015 to 2019. **Research, Society and Development**, v.11, n.4, p. e45211427598, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27598>.

COSTA, P. G.; PIMENTEL, D. de S.; SIMON, A. V. S.; CORREIA, A. R. Trilhas Interpretativas para o Uso Público em Parques: desafios para a Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 12, n. 5, p. 70–85, 6 Nov. 2019. DOI: 10.34024/rbecotur.2019.v12.6769.

CROHN, K.; BIRNBAUM, M. Environmental education evaluation: Time to reflect, time for change. **Evaluation and Program Planning**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 155–158, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2009.07.004>.

D'AMICO, A. R.; AMATO, C. M.; PAROLA, C. M.; BAPTISTON, I. C.; MORAES, L. F. P.; XAVIER, M. M. **Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu**, p. 57, 2018.

HEIMLICH, J. E. Environmental education evaluation: Reinterpreting education as a strategy for meeting mission. **Evaluation and Program Planning**, v. 33, n. 2, p. 180–185, 1 May 2010. DOI: 10.1016/j.evalprogplan.2009.07.009.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília: ICMBio, 2018.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189–206, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742003000100008>.

PADUA, S. M. Conservation Awareness through an Environmental Education Programme in the Atlantic Forest of Brazil. **Environmental Conservation**, v. 21, n. 2, p. 145–151, 24 Aug. 1994. DOI: 10.1017/S0376892900024577.

RODRIGUES, K.; OBARA, A. T. Environmental education in brazilian Protected Areas : a systematic review of political-pedagogical macrotrends, v. 19, n. 5, p. 320–334, 2023.

SANSOLO, D. G. **Uso público em áreas protegidas: contribuições para gestão de unidades de conservação**. [s.n.], 2020. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786557140123>.

SANTOS, André Sousa; BRAZ, Vivian da Silva. A Educação Ambiental em ambiente escolar e seu papel no conhecimento e na valorização de Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 20, n. 5, p. 205–222, 2025. DOI: 10.34024/revbea.2025.v20.19895.

SOBREIRA, Patrícia de Albuquerque; ROSSETO, Lucimar Pinheiro. Contribuições do Escotismo para a formação socioambiental de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 20, n. 5, p. 149–162, 2025. DOI: 10.34024/revbea.2025.v20.19646.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285–299, 2005. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022005000200010>.

TABARELLI, M.; AGUIAR, A. V.; RIBEIRO, M. C.; METZGER, J. P.; PERES, C. A. Prospects for biodiversity conservation in the Atlantic Forest: Lessons from aging human-modified landscapes. **Biological Conservation**, v. 143, n. 10, p. 2328–2340, 1 Oct. 2010. DOI 10.1016/j.biocon.2010.02.005.

VON LACHMANN, M.; DE SOUZA COUTO, R. M.; PORTAS, R. Environmental education in protected areas in petrópolis, Rio de Janeiro: children as agents of empathy for and engagement with the cause of nature conservation. 24 Sep. 2021. **LearnxDesign 2021: Engaging with challenges in design education** [...]: Design Research Society, 24 Sep. 2021. p. 24–26. DOI 10.21606/drs_lxd2021.02.130.